

realidades. Universidad de Compostela, España.

Rodríguez, R. (2004). Transmodernidad. Barcelona, Anthropos.

Salazar, J. (2011). Módulo: Modelos de aseguramiento de la calidad en la educación superior. Documento de Trabajo.

Sánchez, J. (2010). Hacia un Paradigma emergente de la planeación: Resignificación desde las instituciones universitarias. Santa Marta.: Editorial Unimagdalena.

Sánchez, J. (2012). La constitución del objeto de estudio de la Línea de Investigación sobre Administración y Desarrollo de los Sistemas Educativos. Doctorado en Ciencias de la Educación Universidad del Magdalena – RUDECOLOMBIA. Santa Marta, Colombia.

Sánchez, J. (2016). Prácticas de gestión directiva y académica que interpelan significativamente la calidad de las instituciones públicas de educación básica y media del Distrito de Santa Marta. Facultad de Ciencias de la Educación Universidad del Magdalena. Santa Marta, Colombia

Searle, J. (1997). La Construcción de la Realidad Social. 1ed. Paidós, Barcelona. 1997.

Schleiermacher, F. (1998). Schleiermacher: hermeneutics and criticism: and other writings. Cambridge University Press.

Van Dijk, T. (1996). Análisis del discurso ideológico. Versión, 6(10), 15-42.

Capítulo 78

Notas sobre a flexibilização/precarização do trabalho docente no ensino superior

Vinicius Porto de Avila¹ y Andrea Poletto Oltramari²

1. Introdução

A partir de meados da década de 1970 ocorreram mudanças significativas na estrutura do capitalismo industrial. Após um longo período caracterizado pela acumulação de capitais, o sistema econômico vigente começou a dar sinais de um quadro preocupante, cujos traços mais nítidos foram: queda das taxas de lucro; o esgotamento do padrão de acumulação nos modelos taylorista/fordista de produção; o fortalecimento da área financeira; maior concentração do capital devido às fusões entre empresas monopolista e oligopolistas; a crise do Estado do bem-estar social e; o incremento acentuado das privatizações (Antunes, 1999).

Parte-se, desse modo, da caracterização de uma nova fase do capitalismo contemporâneo, também denominado de capitalismo flexível (Sennett, 2012) ou acumulação flexível (Harvey, 2007). A flexibilidade é enfatizada. Busca-se combater as formas rígidas de burocracia, os males das rotinas e dos procedimentos cegos (Boltanski & Chiapello, 2009). Espera-se que os trabalhadores sejam ágeis, que estejam sempre prontos e abertos para mudanças a curto prazo, que assumam riscos continuamente, e que dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais. Essa ênfase exacerbada na flexibilidade está mudando o próprio significado do trabalho, assim como as palavras que empregamos para explicá-lo. O capitalismo flexível anulou a estrada reta da carreira, desviando constantemente os empregados de um tipo de trabalho para outro (Sennett, 2012).

As discussões sobre as metamorfoses do mundo do trabalho têm tratado a precarização do trabalho como sendo o movimento de desconstrução da relação salarial iniciada a partir do capitalismo pós-guerra. A precarização do trabalho teria um sentido objetivo de perda da razão social do trabalho devido às mudanças na ordem salarial que levariam a perda de direitos do trabalhador. Diante disso, a precarização do trabalho seria compreendida como o desmantelamento de formas

1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS / Centro Universitário Cenecista de Osório – UNICNEC. Email: vinicius.porto@ufrgs.br

2. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Email: andrea.oltramari@ufrgs.br

reguladas de exploração da força laboral como mercadoria. A continuidade do novo capitalismo flexível, com o surgimento de novas modalidades de contratação, desregulação da jornada de trabalho e a adoção de novos modelos de remuneração flexível, seriam consideradas formas de precarização da força de trabalho (Alves, 2011a; Sennett, 2012).

As transformações ocorridas no capitalismo e no mundo do trabalho refletiram no campo educacional, tornando os impactos sobre a educação visíveis. Analisando especificamente o ensino superior, os últimos anos ficaram caracterizados pelo aumento de vagas nas instituições públicas e privadas, abertura de cursos de graduação e pós-graduação, implantação do ensino a distância e acréscimo na emissão de diplomas de nível superior. Esse quadro aponta para um modelo de educação mercantilista e instrumental, predominando o ensino virtual, os modelos de franquia educacional e das avaliações baseadas em critérios quantitativos. No que diz respeito ao trabalho dos docentes, percebe-se evidentes transformações (Santos, 2012).

Nas instituições públicas poucos concursos têm sido realizados para o ingresso na carreira docente, e estes, quando ocorrem, em muitos casos são em caráter de substituição, ou seja, por um período predeterminado. As instituições particulares acabam se tornando, para muitos professores, uma “alternativa” para a complementação salarial, ou mesmo a única fonte de renda. Nesses casos, como o valor da hora-aula costuma ser baixo, o docente acaba se vinculando, simultaneamente, a diferentes instituições de ensino, ministrando diferentes disciplinas – algumas delas incompatíveis com a sua formação acadêmica – e deslocando-se de uma instituição para outra objetivando cumprir a sua jornada de trabalho (Santos, 2012; França & França, 2008; Araújo & Mendonça, 2008). Assim, esse ensaio, parte de uma proposta inicial de estudo, tem como objetivo apresentar e discutir alguns aspectos relacionados à precarização/flexibilização do trabalho do docente do ensino superior.

2. Educação Superior: a realidade brasileira

O ensino superior brasileiro vem passando por importantes mudanças nas últimas décadas, entre essas mudanças podem ser destacadas: a expansão e a diversificação do sistema de ensino superior; a mudança no perfil do estudante ingressante e no perfil do egresso do ensino superior; as mudanças no paradigma científico e pedagógico; e a emergência de um novo perfil de professor universitário (Lourenço; Lima & Narciso, 2013). As reformas educacionais realizadas nos últimos anos no Brasil e demais países latino-americanos tiveram impacto considerável nas condições dos trabalhadores docentes de todos os níveis escolares. Um dos

principais aspectos observados foi a transposição do viés empresarial para o setor educacional, conseqüentemente, acentuaram-se os processos de flexibilização e precarização das relações de emprego e trabalho. Esses aspectos passam pela questão da desvalorização e proletarização do ensino superior (França & França, 2008).

Entre os anos de 1994 e 2004, ocorreu uma grande expansão do ensino superior no Brasil. Dois aspectos foram apresentados para os profissionais que atuam nesse nível de ensino: (1) grande possibilidade de inserção profissional, apontando para a melhoria das condições salariais; (2) alta competitividade entre as instituições de ensino. O número de instituições de ensino superior de caráter privado aumentou exponencialmente. As causas dessa expansão envolvem uma complexidade de fatores. Entre esses estão o desmantelamento da universidade pública, os cortes de verbas para a educação, a necessidade da grande maioria dos estudantes de trabalhar durante o dia e buscar o ensino no período noturno, entre outros. Dois aspectos incidem diretamente sobre a qualidade do ensino superior: (1) a ambivalência da instituição, simultaneamente pública e privada e; (2) a profissionalização e formação dos indivíduos que nela atuam (França & França, 2008).

O projeto de expansão do ensino superior foi prejudicado pelo empobrecimento da classe média brasileira no final da década de 1990, distanciando ricos e pobres para além de patamares aceitáveis. Essa situação desencadeou uma acentuada evasão de alunos das instituições de ensino superior privadas no Brasil, provocando, por um lado, um aumento significativo de vagas ociosas e, por outro, o conseqüente fechamento de turmas e cursos. Com o objetivo de ajustar essa situação, o Governo Federal interveio implementando uma “política de salvação” dessas instituições através de programas de financiamento educacional, tais como FIES e PROUNI. Esses programas visam a inserção das classes menos favorecidas no ensino superior, assim como a permanência daqueles que já haviam ingressado, além de tentar amenizar a situação de déficit de alunos nas instituições de ensino superior privadas no país. Importante ressaltar que essa crise não ocorre somente nas instituições educacionais privadas, mas também nas universidades públicas (França & França, 2008).

Com a expansão do ensino superior verificou-se o crescimento significativo de vagas de docentes, causando uma superlotação dos cursos de pós-graduação por parte dos candidatos a professor de ensino superior. Em diversas regiões do Brasil, o docente de ensino superior privado tornou-se um profissional bem pago, se comparado aos professores das universidades públicas. Essa realidade teve duração relativamente curta, devido à queda das matrículas nas

instituições de ensino superior privadas, causando a demissão de muitos professores. Além da demissão, outras situações foram percebidas, como, por exemplo, a demissão dos professores com títulos de mestre e doutor, substituindo-os por especialistas, visando a minimização dos custos operacionais para garantir uma boa margem de lucratividade (França & França, 2008). Entretanto, o aspecto que busca-se salientar neste ensaio é a precarização das relações e das condições de trabalho impostas aos docentes do ensino superior, que passa pelos seguintes fatores, tomando como base o exposto por França & França (2008):

1. *Relações de trabalho profundamente hierarquizadas, caracterizando o professor do ensino superior como um mero tarefeiro, secundarizando seu papel de intelectual;*
2. *Subordinação do processo educacional, nesse nível de ensino, aos pré-requisitos do mercado, ou seja, formação voltada para a competitividade, de caráter acrítico, ensino compartimentado, desvinculado das condições reais de trabalho e de vida e, portanto, altamente alienado, tendo o professor que incorporar obrigatoriamente esse discurso em sua prática;*
3. *Condições precárias do exercício do magistério a partir da consideração da minimização de custos;*
4. *Ausência de representação de classe e sindicato para garantia dos interesses dos professores;*
5. *A relação professor e aluno se apresenta profundamente deficitária, em virtude do entendimento que o aluno é, na verdade, um cliente, e o professor tem que garantir, a qualquer custo, a sua satisfação* (França & França, 2008, p. 161).

Com isso, percebe-se que o trabalho do docente do ensino superior apresenta-se como fator de negação da potencialidade humana (França & França, 2008). Essa caracterização nos força a pensar sobre os objetivos que se têm com a educação desqualificada e precária aos interesses do capital. Da mesma forma, incentiva a refletir sobre o papel da universidade e o trabalho docente como possibilidade concreta de mediação dos interesses da maioria discriminada, “exatamente porque a prática pedagógica é prática contraditória, que emerge em meio a conflitos e tensões da cotidianidade e que incita complexos movimentos” (Santos, 2012, p. 242). A educação superior, analisada através de uma concepção quase utópica, “pode representar a formação contínua do homem, durante toda a vida, sobre áreas de conhecimento que lhe propiciam diferentes e complementares formas de torná-lo mais humano” (Araújo & Mendonça, 2008, p. 178).

3. A Precarização do Trabalho Docente no Ensino Superior

Em algumas profissões têm-se o que pode ser denominado de “trabalho criativo”, essas ocupações exigem abnegação e doação. Pode-se citar como exemplos o trabalho dos docentes e dos profissionais que prestam assistência à outras pessoas, como os médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, entre outros. Esses trabalhos são impregnados pela lógica do trabalho estranhado que estabelece uma implicação perversa. Por um lado, o “trabalho criativo”, pela sua própria natureza, envolve a pessoa humana, implicando no auxílio de outras pessoas com dedicação e doação pessoal. Por outro lado, na medida em que a lógica do capital absorve a relação laboral das profissões vocacionadas, o “trabalho criativo” estranhado desefetiva o ser genérico do homem, perturbando a vida pessoal do indivíduo, “reduzindo tempo de vida a tempo de trabalho estranhado, corroendo o campo de desenvolvimento humano” (Alves, 2012).

Seguindo essa lógica, a escola, a faculdade e a universidade são vistas como locais de formação profissional, a promessa de emprego é guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor colocação no mercado profissional. Dentro dessa perspectiva, vários mecanismos de avaliação do sistema educativo têm sido implementados pelos órgãos governamentais para ajudar o “cliente/consumidor” a escolher “a melhor” instituição de ensino. Essas avaliações são construídas através de comparações e rankings e visam o controle da qualidade dos serviços educacionais, da mesma forma que ocorre no mundo empresarial. Essa aproximação entre mercado e educação fica ainda mais evidenciada verificando as palavras que começam a fazer parte do cotidiano de instituições de ensino: produtividade, eficiência, eficácia, gestão por metas, *feedback*, gerenciamento.... Essas expressões, utilizadas com vistas a reproduzir o capital flexível, afetam a escola, a universidade, os alunos e os docentes (Gentili, 2005).

Depreende-se desse contexto que, no Brasil contemporâneo, o trabalho docente insere-se em meio a duas problemáticas centrais: a primeira refere-se às transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho devido à configuração que o capitalismo vem assumindo nas últimas décadas, no que se refere à sua estrutura produtiva e ao seu universo de ideários e valores; já a segunda refere-se a uma série de medidas que, geralmente chamadas de “reformas”, estabelecem-se sob a hegemonia das concepções neoliberais e redefinem o papel do Estado na sua relação com a educação (Santos, 2012; Gentili, 2005; Alves 2011b).

Dessa forma, a crescente mercantilização do setor privado impõe cada vez mais dificuldades

(e sofrimentos) ao trabalho do docente. Destacamos aqui as principais barreiras impostas ao docente no ensino superior:

1. Aumento das exigências em relação à sua qualificação e à sua competência. No contexto universitário atual, os docentes não se reconhecem enquanto unidade e disputam cada mísero recurso disponibilizado para pesquisa pelas instituições e agências de fomento (Santos, 2012).

2. Avaliação e valorização do docente através de um critério expresso pela quantidade de publicações e pela pontuação a elas atribuídas, muitas vezes sem a devida preocupação acerca da qualidade de tais preocupações. A dimensão crítica é subtraída da produção do conhecimento, do campo, da política e da ética que envolvem o trabalho docente (Santos, 2012; Mancebo, 2003).

3. O trabalho do docente, cada vez mais, tem se tornado trabalho alienado, “pois estão subordinados à divisão hierárquica do trabalho que caracteriza o controle do metabolismo social do capital em sua forma estatal” (Alves, 2012). O trabalho alienado dos docentes do ensino superior está implicado numa relação perversa entre trabalho criativo com dedicação e amor pelo ofício e fala de democracia nas decisões do processo de trabalho (Alves, 2011a, 2011b, 2012).

4. O tempo (pessoal e laboral) do docente tem se tornado mais escasso, na medida em que o número de tarefas tem aumentado e o número de profissionais para realiza-las não tem acompanhado esse crescimento proporcionalmente. A carga horária dos docentes do ensino superior é fragmentada em diferentes tarefas, tais como: preparação e realização de aulas presenciais, confecção de conteúdos e acompanhamento de aulas da modalidade a distância, execução de atividades administrativas de coordenação de cursos, participação em comissões, colegiados, NDEs (Núcleo Docente Estruturante), conselho editorial e científico de periódicos, e demais atividades realizadas pelas instituições.

5. A precariedade das condições objetivas de trabalho do docente, a desqualificação do trabalho, o aviltamento do salário e o desrespeito aos direitos e vantagens trabalhistas básicas são situações comuns em nosso país (Bento & Padilha, 2008). Esse aspecto pode ser dividido em duas categorias: docentes de instituições privadas e docentes de instituições públicas. Cada uma dessas categorias apresenta características específicas.

6. Os problemas de saúde enfrentados pelos docentes estão diretamente relacionados a uma série de fatores, entre os quais podemos destacar: o tipo de trabalho exercido, tendo em vista a responsabilidade pela formação de outros sujeitos; o excesso de trabalho; a perda de autonomia e sobrecarga de trabalho burocrático e; o envolvimento estabelecido em relação às condições de vida dos alunos. Além dessas questões subjetivas citadas, é possível acrescentar as condições objetivas impostas pelas reformas educacionais realizadas a partir da segunda metade da década de 1990, que implicam em processos marcados por mecanismos de avaliação institucional e do conhecimento centralizados e desvinculados da prática cotidiana do trabalho do docente, típicos de um modelo produtivista e pragmático (Silva & Carvalho, 2017; Carlotto, 2002; Pizzio & Klein, 2015; Codo, 1999; Lemos, 2005; Esteve, 1999).

4. Considerações Finais

De acordo com Birgin (2001), o trabalho docente transcorre historicamente por processos sociais que regulam a sua profissão, sendo que estes dizem respeito a dispositivos que controlam, oprimem e limitam o seu fazer. O contexto em que os trabalhadores docentes estão inseridos está permeado pelo modo de produção e de exploração do sistema capitalista. Isto porque os docentes se encontram em um sistema educacional imposto pela burguesia, que tende a perpetuar a dicotomia entre os trabalhadores intelectuais e os trabalhadores manuais (Ramos, Chaves & Maia, 2010).

O trabalho do docente “é “trabalho criativo”, que, em si, possui uma dimensão invasiva tendo em vista que o artífice não distingue trabalho de vida e vida de trabalho” (Alves, 2012). O docente encontra satisfação e prazer no labor criativo, na percepção de construção de algo importante para as pessoas, para a sociedade. Contudo, o problema não se encontra na implicação criativa do binômio trabalho-vida/vida-trabalho, mas especificamente, na captura do trabalho criativo pela lógica do trabalho abstrato, através da sua dimensão alienada, isto é, “trabalho para outro e trabalho subordinado à lógica do capital com suas personificações estranhadas” (Alves, 2012). O trabalho estranhado encontra no trabalho criativo a oportunidade ideal para invadir espaços vitais dos artífices (Alves, 2012). Os docentes do ensino superior executam um trabalho alicerçado na dedicação profissional. Porém, alguns aspectos do trabalho pedagógico ficam prejudicados pelo peso das cobranças e outras mazelas de uma sociedade que vive um estado de “barbárie social” (Alves, 2011a) que dezfetiva o sentido do ofício do docente.

As práticas precárias envolvendo o trabalho do docente do ensino superior têm aumentado

nos últimos anos, seja na esfera pública ou privada. No setor público, observa-se um quadro de precariedade laboral desde o estabelecimento da relação contratual dos docentes, até uma precarização no próprio cotidiano deste profissional. Na iniciativa privada, tem-se percebido nas últimas décadas uma verdadeira mercantilização da educação. O estudante passou da condição de aluno para cliente. Diante desse quadro, o docente passou a ser um “prestador de serviço” que tem como objetivo garantir a satisfação do cliente/aluno. Os vínculos empregatícios são extremamente frágeis, sem a menor garantia que o docente será contratado para o semestre subsequente. Algumas instituições contratam docentes levando em consideração uma formação abaixo da real formação do profissional, objetivando assim baratear o valor da hora-aula. Dessa forma, vive-se um quadro precarizante na educação superior brasileira (Nery, 2017).

Segundo Esteve (1999), têm aumentado as responsabilidades e exigências colocadas sobre os profissionais de ensino, coincidindo com um processo histórico de uma rápida transformação do contexto social, o qual tem se traduzido na modificação do papel do docente. Essas transformações “supõem um profundo e exigente desafio pessoal para os docentes que se propõem a responder às novas expectativas projetadas sobre eles (Esteve, 1999, p.31). O docente, neste processo, “se depara com a necessidade de desempenhar vários papéis, muitas vezes contraditórios, que lhe exigem manter o equilíbrio em várias situações” (Carlotto, 2002, p. 23).

Em situações extremas o docente pode desenvolver patologias como a Síndrome de *Burnout*. Nas palavras de Carlotto (2002), a Síndrome de *Burnout* em docentes se caracteriza como um fenômeno completo e multidimensional resultante da interação entre aspectos individuais e aspectos relacionados ao ambiente de trabalho. Portanto, o desafio apresentando está na capacidade de construir conhecimento a partir do contexto e das transformações atuais. Analisar as condições laborais (e pessoais) do docente no Ensino Superior é uma forma de promover o debate, a reflexão e o dissenso, não apenas desafiando “o paradigma de cunho neoliberal que quer se impor como pensamento único” (Santos, 2012, p.243), mas, também, discutindo sobre o papel do docente/educador na sociedade brasileira.

Referências

Alves, G. (2012). Trabalho docente e precarização do homem que trabalha. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/11/16/trabalho-docente-e-precariizacao-do-homem-que-trabalha/>. Acesso em: 10/09/2017.

Alves, G. (2011a) Trabalho e subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. Boitempo Editorial.

Alves, G. (2011b) Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. Revista Estudos do Trabalho. Ano IV, n. 8.

Antunes, R. (1999). Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial.

Araújo, J. C. S., & Mendonça, Z. G. C. (2008). Educação superior e trabalho: considerações iniciais sobre a expansão e a interiorização da UFG. In: Trabalho, precarização e formação humana. Carlos Lucena (org.). Campinas/SP: Editora Alínea.

Bento, F., & Padilha, N. S. (2008). A relação de trabalho entre o professor e a instituição de ensino: recordando os direitos especiais do professor empregado. In: VI SEMINÁRIO DO TRABALHO, 2008, Marília. Anais...Marília/UNESP, 2008. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/flaviobentoenormasuelipadilha.pdf>. Acesso em: 10/09/2017.

Birgin, A. (2001) La docencia como trabajo: la construcción de nuevas pautas de inclusión y exclusión. In: Gentili P., & Frigotto, G. A cidadania negada: políticas de exclusão da educação e no trabalho. 2. Ed. São Paulo: Cortez, p. 223-242.

Boltanski, L. Chiapello, E. (2009). O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes.

Carlotto, M. S. (2002) A síndrome de Burnout e o trabalho docente. Psicologia em Estudo, Maringá, v.7, n.1, p. 21-29.

Codo, W. (1999). Educação: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes.

Esteve, J. M. (1999). O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. São Paulo: EDUSC.

França, P. I. S., & França, R. L. (2008). A dimensão ontológica do trabalho e a relação com o reducionismo ao economicismo do emprego no ensino superior. In: Trabalho, precarização e formação humana. Carlos Lucena (org.). Campinas/SP: Editora Alínea.

Gentili, P. (2005) Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In:

Lombardi, J., Saviania, D., & Sanfelice, J. (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. 3. ed. – Campinas, SP: Autores associados.

Harvey, D. (2007). *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.

Lemos, J. C. (2005) *Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários*. Florianópolis/SC: UFSC. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Lourenço, C. D. S., Lima, M. C., & Narciso, E. R. P. *Formação Pedagógica no Ensino Superior: o que diz a Legislação e a literatura em Educação e Administração?* In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4, Brasília. Anais... Brasília/DF: ANPAD, 2013.

Mancebo, D. (2003) *Trabalho docente: políticas e subjetividade*. Projeto de pesquisa – Uni-versidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro.

Nery, R. (2017) *A precarização laboral no ensino superior brasileiro*. Disponível em: <https://esquerdasocialista.com.br/precarizacao-laboral-no-ensino-superior-brasileiro/>. Acessado em: 17/09/2017.

Pizzio, A., & Klein, K. (2015). *Qualidade de vida no trabalho e adoecimento no cotidiano de docentes do ensino superior*. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 131, p. 493-513.

Ramos, J. F. P., Chaves, S. A., & Maia, J. G. B. (2010). *Trabalho docente alienado*. Disponível em: <http://educas.com.br/blog/wp-content/uploads/2010/03/Trabalho-Docente-Alienado.pdf>. Acessado em: 11/09/2017.

Santos, S. D, M. (2012). *A precarização do trabalho docente no ensino superior: dos impasses às possibilidades de mudança*. *Educar em Revista*. Curitiba, n.6, p. 229-244.

Sennett, R. (2012). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record.

Silva, W. R., & Carvalho, N. M. S. (2017) *O adoecimento do docente de ensino superior e a repercussão sobre a sua saúde e o ensino*. Disponível em: http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos/0%20ADOECIMENTO%20DO%20DOCENTE%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR%20E%20A%20REPERCUSS%C3%83O%20SOBRE%20A%20SUA%20SA%C3%9ADE%20E%20O%20ENSINO.pdf. Acesso em: 10/09/2017.